

Receita é de Cz\$ 59 trilhões

BRASÍLIA — O orçamento geral da União para 89, aprovado ontem pelo Congresso, prevê uma receita global de Cz\$ 16,8 trilhões, a preços de junho. Convertidos em cruzados de hoje pela equivalência com o dólar, esse valor alcança Czs 59,6 trilhões.

A receita inclui o orçamento fiscal, formado pelos recursos que o governo arrecada através de impostos e da venda de títulos públicos federais (Czs 52,2 trilhões a preços de hoje), e o orçamento das operações oficiais de crédito, que abrange o dinheiro emprestado pelo governo à iniciativa privada (para financiar o plantio da safra agrícola, por exemplo), ou a outros níveis de governo (para “rolar” dívidas externas de estados e municípios).

Dentro desses limites, pela

primeira vez em 20 anos, o Congresso pôde modificar despesas e dotações propostas no projeto do Executivo. A ferrovia Norte-Sul, por exemplo, chegou ao Congresso com uma verba de Czs 13,6 bilhões, e ganhou mais Czs 5 bilhões na Comissão Mista permanente de orçamento, uma poderosa comissão criada pela nova Constituição, para analisar e modificar a proposta do Executivo.

A Comissão também cortou substancialmente uma das receitas previstas pelo governo no orçamento de crédito, referente ao pagamento das dívidas externas de Estados e Municípios, avalizadas e “roladas” pela União desde 1983. O governo queria que os Estados pagassem 25% de suas dívidas vencidas e a vencer em 89, o que resultaria numa receita de Czs 447 bilhões, e num gasto, para Estados e Mu-

nícipios, de Czs 550 bilhões. (A diferença existe porque a parcela a vencer em 89 não é considerada receita da União.)

A Comissão, depois de muito debate e uma negociação mal-sucedida com o governo, impôs seu ponto de vista, de que aquela exigência era excessiva, e reduziu o gasto global de governadores e prefeitos a Czs 178 bilhões. Em vez de 25%, os Estados do Sul e Sudeste pagarão apenas 10,5% de suas dívidas, e os demais, 6,5%.

Deputados e senadores restabeleceram ainda os recursos para suas subvenções sociais — doações a clubes e instituições de caridade — que não constavam do projeto do Executivo. São Czs 1,5 bilhão, cuja discriminação por beneficiário ocupa a maior parte do projeto da comissão — 58 das 90 páginas do documento.